

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

O Caso do “Posso, Quero e Mando”

Publicado em 2026-09-01 18:11:58



O Caso do “Posso, Quero e Mando”

Crónica de investigação sobre Luís Neves, o poder e os limites da responsabilidade política

Nota de abertura:

Esta crónica analisa factos divulgados publicamente

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

processos significam apenas que existem mecanismos institucionais de escrutínio em curso; mantêm-se integralmente a presunção de inocência e a separação entre responsabilidade criminal, administrativa, financeira e política.

Há momentos na vida democrática em que uma frase revela mais do que uma conferência de imprensa inteira.

“Porque é quando eu decido.”

Foi assim que o ministro da Administração Interna, Luís Neves, respondeu quando jornalistas lhe perguntaram por que razão só no dia seguinte daria esclarecimentos sobre as sucessivas polémicas que o envolviam.

No dia seguinte surgiu uma segunda frase: **“Podem continuar a gritar, eu vou continuar a governar.”**

Luís Neves acrescentou que não se deixaria intimidar e que nunca tomara uma decisão destinada a prejudicar o Estado. Admitiu, porém, ter cometido “um ou outro erro”.

Duas frases. Dois dias.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Não se trata, pelo menos até agora, de provar que Luís Neves tenha cometido crimes. Essa matéria pertence ao Ministério Público, aos tribunais e às restantes entidades competentes. Numa democracia digna desse nome, a presunção de inocência não é negociável quando o investigado nos desagrada.

Mas a responsabilidade política é outra coisa.

E é precisamente aí que começa esta história.

ELEMENTOS CENTRAIS

- Declarações patrimoniais em falta relativas a mandatos anteriores na direcção da PJ, posteriormente regularizadas.
- Obras particulares em Odemira alvo de averiguação municipal e relação contratual privada com uma empresa que adjudicou com a PJ.
- Inquérito relacionado com a movimentação de um atrelado apreendido.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

por entidades competentes.

- Utilização de uma viatura apreendida, defendida pelo ministro como legal e economicamente vantajosa para o Estado.
- Reafirmação pública da confiança do primeiro-ministro em Luís Neves.

I. UMA POLÉMICA PODERIA SER AZAR. DUAS, COINCIDÊNCIA. DEPOIS COMEÇA UM PADRÃO.

O problema de Luís Neves não é uma notícia isolada.

É a acumulação.

Quando assumiu a direcção nacional da Polícia Judiciária, em 2018, estava sujeito a obrigações declarativas inerentes ao exercício do cargo. O Tribunal Constitucional confirmou, em Julho de 2026, não possuir as declarações relativas aos mandatos iniciados em 2018 e 2021.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Luís Neves afirmou desconhecer inicialmente a obrigação e explicou que apenas em 2025 teria sido informado da necessidade de apresentar essas declarações. Estas acabariam posteriormente regularizadas.

O episódio poderia ter terminado aqui como uma falha administrativa desagradável.

Não terminou.

II. UMA CASA EM ODEMIRA E UMA EMPRESA CONHECIDA DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

Depois surgiu uma propriedade em São Teotónio, Odemira.

A Câmara Municipal confirmou que não existia qualquer processo de licenciamento ou comunicação relativamente às obras então em curso e anunciou uma averiguação destinada a verificar a sua legalidade.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Luís Neves reconheceu que não tinha sido solicitada licença e afirmou que trataria posteriormente da situação.

Mas a questão urbanística depressa ficou quase secundária.

A empresa responsável por parte das obras particulares era a **Construbarcelos**.

E essa empresa não era propriamente desconhecida do antigo director nacional da Polícia Judiciária.

Entre 2019 e 2025, durante o período em que Luís Neves dirigiu a PJ, a Construbarcelos celebrou **17 contratos** com aquela polícia, recebendo aproximadamente **2,3 milhões de euros**.

Segundo dados fornecidos pela própria PJ à Renascença, esses contratos representaram cerca de 8% do valor total gasto pela instituição em obras e empreitadas durante esse período.

Isto não demonstra favorecimento.

Mas produz algo que numa democracia deveria provocar imediatamente uma atitude muito simples: **transparência absoluta**.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

É uma explicação relevante.

Mas não elimina a necessidade de escrutínio.

Pelo contrário.

III. ENTRA EM CENA UM ATRELADO

Quando parecia difícil acrescentar elementos mais peculiares à história, apareceu um atrelado.

Era um bem apreendido pela Polícia Judiciária que acabou encontrado associado a um veículo da Construbarcelos.

A Polícia Judiciária detectou indícios susceptíveis de enquadramento criminal e comunicou elementos ao Ministério Público. O procurador-geral da República determinou a abertura de um inquérito.

Importa repetir: **a existência de um inquérito e de indícios não equivale a culpa.**

Mas existe um inquérito.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

politicamente associado a um caso que obrigava as próprias instituições de justiça a esclarecer o percurso de um bem apreendido.

A realidade portuguesa começava a ultrapassar a capacidade criativa dos argumentistas.

IV. BRUXELAS TAMBÉM QUIS VER OS PAPÉIS

No início de Agosto surgiu outro desenvolvimento.

A **Procuradoria Europeia** iniciou uma averiguação preventiva relacionada com os contratos celebrados entre a Polícia Judiciária e a Construbarcels que poderiam envolver financiamento europeu, nomeadamente através do PRR.

A distinção jurídica é importante: tratava-se de uma averiguação, não de uma condenação nem, segundo a informação então divulgada, de uma acusação criminal contra o ministro.

Foram solicitados documentos à Polícia Judiciária.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Era exactamente a postura institucional esperável.

Curiosamente, algumas semanas mais tarde, o tom seria bastante diferente.

V. O TRIBUNAL DE CONTAS E A AUDITORIA À PJ

Também a gestão financeira da Polícia Judiciária passou a estar sob escrutínio.

Foi determinada uma auditoria pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça a procedimentos e gestão durante o período em que Luís Neves dirigiu a PJ. A cobertura internacional da Euronews assinalou ainda o processo no Tribunal de Contas e a acumulação de frentes de escrutínio.

Mais uma vez: nenhuma auditoria, averiguação ou processo constitui, por si só, prova de responsabilidade criminal.

Mas quando Ministério Público, Procuradoria Europeia, inspecções administrativas e Tribunal de Contas começam a aparecer repetidamente na mesma narrativa

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

VI. O AUTOMÓVEL

APREENDIDO

Depois apareceu o Volkswagen Golf GTD.

A viatura tinha sido apreendida pela Polícia Judiciária numa investigação ao tráfico de droga e encontrava-se afectada ao serviço do Estado.

Luís Neves utilizava-a enquanto director nacional da PJ e continuou a conduzi-la já como ministro da Administração Interna.

O ministro argumentou que a utilização é legal, invocando o regime que permite a afectação provisória de bens apreendidos ao serviço do Estado, e sustentou que conduzir ele próprio a viatura representa uma poupança para o erário público.

A possibilidade legal de utilizar bens apreendidos não deve ser confundida com o julgamento político da opção.

São coisas diferentes.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

VII. E ENTÃO CHEGAMOS AO VERBO: MANDAR

Até aqui poderíamos discutir contratos, documentos, automóveis, obras, atrelados e procedimentos administrativos.

Mas a 31 de Agosto apareceu algo diferente.

Um problema de cultura democrática.

Perguntaram ao ministro quando esclareceria as polémicas.

“Amanhã.”

Porquê amanhã?

“Porque é quando eu decido.”

A frase é extraordinária precisamente porque é desnecessária.

O ministro poderia ter dito: “Porque hoje a agenda institucional não o permite.”

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Escolheu outra resposta.

Porque eu decido.

No dia seguinte endureceu ainda mais: **“Podem continuar a gritar, eu vou continuar a governar.”**

Aqui já não estamos perante qualquer questão jurídica.

Estamos perante uma concepção de poder.

Numa democracia, a diferença entre governar e mandar não é semântica. É constitucional, política e moral.

VIII. QUEM É, AFINAL, O “ELES” QUE GRITA?

Esta talvez seja a pergunta mais importante.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Os jornalistas?

Organizações de transparência?

Os cidadãos?

O Ministério Público certamente não “grita”.

A Procuradoria Europeia também não.

O Tribunal Constitucional escreve decisões, não berra.

O Tribunal de Contas audita.

A Inspecção-Geral investiga.

O Parlamento fiscaliza.

A imprensa pergunta.

É exactamente assim que uma democracia deve funcionar.

Portanto, quando um governante enquadra o crescente escrutínio sobre a sua actuação como uma espécie de campanha de gritaria destinada a impedi-lo de governar, está a transformar mecanismos normais da democracia em adversários pessoais.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Mas porque banaliza uma ideia profundamente errada: **a ideia de que fiscalizar um governante equivale a atacá-lo.**

IX. “NÃO PERDI AUTORIDADE”

Há ainda outra ideia reveladora na defesa pública do ministro: a insistência em que conserva autoridade para continuar.

Mas autoridade política não é uma coisa que o próprio titular possa decretar.

Um ministro possui poderes legais. Numa democracia existe, porém, outra autoridade, mais sutil e mais importante: **a autoridade política e moral.**

Essa não se escreve num decreto.

Conquista-se.

E pode perder-se.

Não precisa sequer de existir crime.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Esta distinção parece ter desaparecido progressivamente da política portuguesa.

Criámos uma cultura peculiar segundo a qual alguém só deverá ponderar abandonar um cargo público depois de ser formalmente constituído arguido, acusado, julgado, condenado e talvez depois de o Supremo confirmar a decisão e Mercúrio sair de retrógrado.

Não é assim que funciona a responsabilidade política.

X. MONTENEGRO: A

PROTECÇÃO QUE ESTÁ À VISTA

É aqui que a pergunta sobre a aparente invulnerabilidade de Luís Neves encontra provavelmente a resposta menos cinematográfica.

Não existe, até à data desta publicação, qualquer evidência pública que permita afirmar a existência de uma estrutura secreta ou de um poder oculto a proteger o ministro.

Existe algo muito mais poderoso e perfeitamente visível: **a confiança do primeiro-ministro.**

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Essa frase altera toda a equação política.

Enquanto o primeiro-ministro mantiver essa confiança, Luís Neves sabe que os sucessivos episódios podem causar desgaste, mas não necessariamente a sua demissão.

E é precisamente aqui que a responsabilidade deixa de ser exclusivamente do ministro da Administração Interna.

Cada nova polémica que surge depois de Montenegro reafirmar confiança transforma-se também numa decisão política de Montenegro.

O primeiro-ministro deixou de ser simples observador do caso.

Tornou-se seu garante político.

XI. O PARLAMENTO NÃO É DECORAÇÃO

Também convém recordar algo que a retórica do “eu continuo a governar” tende a obscurecer.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Luís Neves já compareceu perante a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para prestar esclarecimentos sobre matérias da sua tutela, incluindo questões relacionadas com o SIRESP.

O Parlamento fiscaliza o Governo porque representa os cidadãos.

Não é ruído.

Não é uma interrupção do trabalho governativo.

É parte do próprio trabalho democrático.

XII. O PERIGO DO “POSSO, QUERO E MANDO”

Talvez Luís Neves esteja absolutamente convencido de que agiu sempre correctamente.

Talvez as averiguações acabem por concluir que nenhuma responsabilidade criminal lhe pode ser imputada.

É perfeitamente possível.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

alguém a anunciar que despreza a democracia.

Começa de maneira muito mais banal.

Começa quando quem exerce poder passa a considerar incómodo quem lhe pede explicações.

Quando perguntas legítimas se tornam “ataques”.

Quando jornalistas se tornam “gritaria”.

Quando investigações passam a ser encaradas como perseguição.

Quando escrutínio é confundido com tentativa de impedir alguém de governar.

E quando a legitimidade deixa de parecer concedida temporariamente pelas instituições democráticas e começa a ser apresentada como propriedade pessoal: **“Eu vou continuar.”**

XIII. A PERGUNTA QUE PORTUGAL TEM DE FAZER

Talvez este seja o ponto essencial de toda esta história.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

instituições competentes.

A democracia tem outra pergunta.

Uma pergunta política.

Uma pergunta ética.

Uma pergunta muito mais exigente: **é aceitável que um ministro da Administração Interna acumule sucessivas situações que obrigam a esclarecimentos, averiguações e investigações e, perante o escrutínio, responda ao país num registo de desafio e autoridade pessoal?**

Essa pergunta pode ser respondida politicamente sem esperar por uma sentença judicial.

Porque um ministro não é apenas alguém que não comete crimes.

É alguém a quem uma sociedade entrega temporariamente uma parcela extraordinária de poder.

No caso da Administração Interna, tutela-se segurança, polícias, protecção civil e componentes essenciais da autoridade do Estado.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

XIV. O PODER NAO PERTENCE A LUÍS NEVES

Talvez seja essa a frase que falta em toda esta história.

O poder que Luís Neves exerce não pertence a Luís Neves.

Nem pertence a Luís Montenegro.

Nem pertence ao PSD.

Pertence aos cidadãos portugueses.

Os governantes recebem-no temporariamente e sob condições.

São fiscalizados.

São questionados.

São investigados quando necessário.

Prestam contas.

E eventualmente vão embora.

Essa é uma das pequenas maravilhas da democracia.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

serena: **Pode governar enquanto existirem condições constitucionais e políticas para governar. E enquanto governar, terá de responder.**

Não quando quiser.

Não apenas ao que quiser.

Não porque os jornalistas mandam.

Mas porque **ninguém que exerce poder democrático está acima do escrutínio.**

Essa é precisamente a diferença entre governar e mandar.

E quando um governante começa a confundir as duas coisas, o problema já não é apenas dele.

É nosso.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

Esta crónica foi fechada editorialmente em 1 de Setembro de 2026 e baseia-se em informação pública disponível até essa data. Distingue deliberadamente factos confirmados, investigações ou averiguações em curso e juízo político do autor.

A existência de um inquérito, auditoria, averiguação preventiva ou processo financeiro não constitui prova de culpa nem permite antecipar conclusões. Luís Neves tem negado favorecimentos e ilegalidades, afirma estar disponível para o escrutínio institucional e mantém a confiança pública do primeiro-ministro.

O objecto central deste texto é, por isso, a responsabilidade política e a linguagem do poder: saber se o tom de desafio perante jornalistas, oposição e escrutínio público é compatível com a cultura de prestação de contas exigida a quem tutela a Administração Interna numa democracia constitucional.

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

esclarecimentos sobre polémicas

- Euronews — MAI diz ser alvo de “intimidação” e recusa saída
- RTP — Montenegro mantém confiança em Luís Neves
- RTP — Câmara de Odemira averigua legalidade das obras em imóvel do MAI
- RTP — Constitucional diz não ter declarações de Luís Neves de 2018 e 2021
- Renascença — Construbarcels entre as construtoras com mais contratos durante o mandato de Luís Neves na PJ
- RTP — PJ encontrou indícios de abuso de poder no caso do atrelado
- Euronews — Ministro da Administração Interna português na mira da Procuradoria Europeia
- Euronews — Um mês de polémicas coloca ministro sob cerco judicial e político
- RTP — MAI conduz carro desportivo apreendido pela PJ
- Assembleia da República — Audição do Ministro da Administração Interna em 17 de Junho de 2026

Blogue Fragmentos do Caos



A verdade nasce onde o pensamento é livre.

immediate test

Francisco Gonçalves

Fragmentos do Caos

FC-Chronic-News



GitHub Pages



CodeBerg Pages



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

•

[Ebooks](#)

•

[Carrossel](#)



Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)